

Empresas querem usar carros de até 15 anos no transporte escolar

Ampliação. Hoje serviço é prestado por veículos com, no máximo, 12 anos

■ Larissa Scherer Finger
redacao12@jornalibia.com.br

O município exige que os veículos utilizados para o transporte escolar tenham, no máximo, 12 anos de fabricação, com quatro vistorias anuais. Essa determinação foi pauta de reunião realizada ontem na Câmara, com a presença do vereador Felipe Kinn da Silva (PMDB), transportadores, procurador Geral do Município, Marcelo Rodrigues, e o diretor de Trânsito, Airton Vargas.

O vereador explicou que o encontro foi organizado para atender às demandas dos pequenos transportadores, que pedem mudança na exigência do tempo de uso do veículo de 12 para 15 anos. “Nosso objetivo é que vocês possam colocar os argumentos em defesa desta mudança, ampliando o prazo em três anos”, explicou o vereador.

para atender às demandas dos pequenos transportadores, que pedem mudança na exigência do tempo de uso do veículo de 12 para 15 anos. “Nosso objetivo é que vocês possam colocar os argumentos em defesa desta mudança, ampliando o prazo em três anos”, explicou o vereador.

Marcelo Rodrigues recordou que um dos motivos do seu afastamento do cargo de procurador geral, no governo Aldana, foi justamente o transporte escolar. “O prefeito, na época, não concordou com minhas posições, que eram contrárias à proposta de criar praticamente um monopólio na categoria”, revela.

Já o diretor de Transporte e Trânsito, Airton Vargas, disse que o departamento apenas aplica a regra. “O que se cobra de um transportador vale para todos os outros.”

Marcelo Torres, um dos representantes do segmen-



REPRESENTANTES do governo Kadu ficaram de ajudar os transportadores na mudança das regras em vigor

to, contou das dificuldades do pequeno transportador. Ele defende a ampliação em três anos do tempo de uso dos veículos baseado nas exigências de manutenção. “Nossos carros passam por quatro vistorias criteriosas por ano. Duas delas são realizadas no Inmetro e as outras no Detran-RS”, acres-

to, contou das dificuldades do pequeno transportador. Ele defende a ampliação em três anos do tempo de uso dos veículos baseado nas exigências de manutenção. “Nossos carros passam por quatro vistorias criteriosas por ano. Duas delas são realizadas no Inmetro e as outras no Detran-RS”, acrescenta. Ele explica ainda que as vistorias são obrigatórias e o veículo precisa estar em perfeito estado, caso contrário, não é liberado para trabalhar.

Paulo Roberto Junior, que trabalha há 14 anos no ramo, disse que a maioria é particular, dono do próprio veículo, e luta todos os dias com dificuldades, incluindo os reajustes nos combustíveis. “Recebemos de forma individual de cada pai de aluno. Primeiro pagamos as contas, para depois ver o que sobra”, reforça. Ele assegura que essa mudança de três anos não vai prejudicar em nada a qualidade do

transporte escolar, já que a manutenção dos veículos é constante e a fiscalização é severa. “Todos os carros que fazem transporte estão nas mesmas condições, independente do ano de fabricação”, finaliza.

Bruno Negrini acredita que, se o prazo aumentar para 15 anos, vai permiti-

mentos são muito fortes, especialmente no que tange à obrigatoriedade das manutenções dos veículos”, considera Rodrigues. Os representantes da Prefeitura preferiram não criar maior expectativa quanto a prazos, mas assumiram compromisso de empenhar-se na busca de um acordo.

transporte escolar, já que a manutenção dos veículos é constante e a fiscalização é severa. “Todos os carros que fazem transporte estão nas mesmas condições, independente do ano de fabricação”, finaliza. Bruno Negrini acredita que, se o prazo aumentar para 15 anos, vai permitir que os transportadores possam se organizar para assumir o compromisso na compra de um novo veículo. Para ele, as quatro vistorias por ano possibilitam que todos os carros estejam iguais, aumentando a segurança para as crianças transportadas. “Se eu comprar carro zero hoje, ele vai para as mesmas vistorias como se tivesse dez ou doze anos de uso”, pondera.

Segundo o diretor de Trânsito, já existe processo tramitando neste sentido. Marcelo Rodrigues, já adiantou que não visualiza problema legal para alteração do tempo. “Os argu-